

# Em Pauta

O processo legislativo do Senado a serviço da cidadania

12 a 16 de março de 2007 – Nº. 02

## *Senado aprova leis contra a violência e o crime*

O Senado Federal está aprovando várias matérias em favor da segurança pública no País. Na última quarta-feira, o Plenário do Senado aprovou projetos que endurecem o regime de progressão da pena para o crime hediondo e estabelecem punições para o uso de aparelho celular nos presídios. Deverá também ser votado, nesta semana, na Comissão de Infra-Estrutura, o projeto que obriga as empresas de telefonia a bloquearem celulares nos presídios.

Mudanças constitucionais estão sendo igualmente examinadas, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 05/07), que cria o Fundo de Combate à Violência, de autoria do Senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). O Fundo deverá vigorar até 2020, contemplando ações preventivas de segurança pública, proteção e indenização a vítimas de violência e agentes públicos que combatem o crime, dentre outras iniciativas.

Para o Presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), a idéia do Fundo de Combate à Violência é compatível com uma política mais duradoura na área de segurança pública, fortalecendo, assim, a noção de planejamento no setor. O Presidente Renan é autor da PEC 60/05, que, com a parceria do Colégio dos Secretários de Segurança Pública, vincula, temporariamente, recursos para a segurança pública.

Além disso, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) votará lei que tipifica o crime organizado (não previsto na legislação), criando penas específicas para delitos como o tráfico de drogas, pessoas e órgãos, o contrabando de armas e munições, os

crimes contra o sistema financeiro e os de informática.

A aprovação desses projetos no Senado ganha relevância porque os efeitos nocivos da insegurança pública não se restringem à violência estampada nos jornais - que são graves -, mas avançam sobre os gastos governamentais, reduzindo os recursos para outras áreas, como educação e saúde, ou mesmo exigindo novas receitas, pressionando a tributação.

Os valores efetivamente gastos pela União com segurança cresceram cerca de 7% entre 2002 e 2006. Se considerarmos apenas as despesas correntes (manutenção da máquina), o crescimento foi de aproximadamente 50%, sendo que, no mesmo período, o PIB variou 12,5%, segundo o IBGE.

Os números da violência também afetam negativamente a atividade privada. Recente pesquisa do Professor Ib Teixeira, da FGV-IBRE, demonstra que as empresas desembolsaram cerca de R\$ 19 bilhões com segurança, só no ano passado. São custos adicionais que diminuem a competitividade dos produtos nacionais.

A "violência" contra os recursos de programas sociais também será analisada pela CCJ, conforme projeto de lei do Senador Papaléo Paes (PSDB-AP), que aumenta as penas para o enriquecimento ilícito de agentes públicos que desviem dotações dos orçamentos da saúde ou educação.

---

*Editado pela Secretaria de Coordenação Técnica da Presidência do Senado Federal*

*Praça dos Três Poderes – Gabinete da Presidência – CEP 70165-900- Brasília (DF) – Fone: 55-61-3311-5851*

*<http://www.senado.gov.br/sf/senado/scotri/> - e-mail: [scotri.presid@senado.gov.br](mailto:scotri.presid@senado.gov.br)*